



POLÍTICA
intersectorial:
PELC e PRONASCI
VOLUME 1

**MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER**

Colaboradora: Maria Leonor Brenner Ceia Ramos

POLÍTICA INTERSETORIAL: PELC e PRONASCI



BRASÍLIA 2010

Produção: Gráfica e Editora Ideal



Índice

APRESENTAÇÃO	03
POLÍTICA INTERSETORIAL / PELC E PRONASCI - TEXTO DE APRESENTAÇÃO – SENASP	07
CAPÍTULO 01	
1.1 Parceria Prodóc OEI/BRA	09
1.2 O PELC e a Intersetorialidade.....	11
CAPITULO 02	
2.1 Pronasci: Um Programa Intersetorial	15
2.2 Esporte E Lazer Como Direitos Sociais E Políticas Públicas.....	17
2.3 A Promoção Da Saúde Nas Políticas E Programas Ntersetoriais De Esporte E Lazer Para A Juventude.....	21
2.4 O PELC No Pronasci	25
CAPÍTULO 03	
3.1 Juventude, Violência, Esporte e Lazer	29
SUGESTÃO DE BIBLIOGRAFIA	34



apresentação

Há algum tempo, o Ministério do Esporte vem enfrentando o desafio de buscar a construção de ações intersetoriais nas políticas públicas. Ao acreditar no esporte e no lazer como temas transversais que podem contribuir com as demais políticas, o Ministério apresenta propostas de ações concretas visando a implantação, em curto espaço de tempo, de programas e projetos articulados com outros ministérios.

Estes incluem as mais distintas manifestações do lazer e das práticas corporais, representadas prioritariamente pelas atividades físico-esportivas, pelo convívio social, pela construção de infraestrutura e pela formação e qualificação de gestores e agentes socioculturais.

Neste contexto, o Ministério do Esporte encontrou no Ministério da Justiça, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, um grande interlocutor. Esta parceria iniciou no ano de 2007, quando o PRONASCI ainda estava em fase de elaboração. Os primeiros conceitos e idéias foram apresentados na Reunião Nacional do Programa Esporte e Lazer na Cidade - PELC/ME, no qual estavam presente mais de 500 participantes, um público qualificado, constituído por gestores, formadores, pesquisadores da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer) e agentes sociais.

Deste período até hoje, a parceria tem evoluído de maneira significativa. Além do que inicialmente havia sido pensado – a inclusão do PELC nos territórios de maior violência e vulnerabilidade juvenil, mapeados pelo Ministério da Justiça, desenvolvendo ações educativas de esporte recreativo e de lazer – houve também uma ampliação da parceria através da construção de praças esportivas e da fabricação de materiais esportivos por detentos e egressos, através do programa Pintando a Liberdade.

Acreditamos, conforme objetivo do próprio PRONASCI, que as pessoas atendidas por estes programas sociais têm a chance de melhorar a sua qualidade de vida, manter uma convivência solidária com outros moradores do território em que vivem, divulgar a cultura da paz e contribuir para eliminar discriminações por condições físicas, sociais, étnicas ou de qualquer natureza, que limitem o acesso ao esporte, ao lazer e a outros direitos sociais.

Esse conjunto de cadernos apresenta o resultado do aprofundamento da parceria PELC/PRONASCI. Neles estão presentes pesquisas, artigos, monitoramento do programa PELC/PRONASCI e escritos tanto por técnicos do Ministério do Esporte quanto por consultores contratados através da parceria do PRONASCI com

a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI.

Considerando o contexto de origem dos textos, esta coleção encontra-se organizada em seis volumes:

- Vol. 1 - POLÍTICA INTERSETORIAL: PELC E PRONASCI
- Vol. 2 - FORMAÇÃO NO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE
- Vol. 3 - PESQUISA: ESPORTE E LAZER NO PELC PRONASCI
- Vol. 4 - GESTÃO DE CONVÊNIOS DOS NÚCLEOS DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE
- Vol. 5 - MANUAL DE PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DAS PRAÇAS DA JUVENTUDE
- Vol, 6 - INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MONITORAMENTO & AVALIAÇÃO

Os volumes reúnem experiências e conhecimentos de diversos sujeitos dentro de uma visão interdisciplinar na qual os temas são tratados de modo inter-relacionado.

Assim, essa obra propõe contribuir com a qualidade do trabalho desenvolvido pela parceria PELC/PRONASCI e de outras experiências de intersectorialidade que envolvam o esporte e o lazer em nossa sociedade, utilizando conteúdos informativos e pedagógicos e ampliando a produção de conhecimentos destes cam-

pos em nosso País. Certamente o resultado destas publicações também poderá ajudar no aumento da quantidade e qualidade dos atendimentos prestados.

Ao apresentar estes cadernos, os ministérios do Esporte e da Justiça pretendem dar sua contribuição para as políticas públicas intersectoriais, na perspectiva da construção de um novo paradigma que leve à integração das ações sociais, ajudando a transformar os ambientes das regiões mais violentas do país, trazendo mais qualidade de vida e, porque não dizer, mais saúde e felicidade para os cidadãos.

Rejane Penna Rodrigues

Secretária Nacional de Desenvolvimento
de Esporte e de Lazer – Ministério do Esporte





POLÍTICA INTERSETORIAL PELC E PRONASCI TEXTO DE APRESENTAÇÃO - SENASP

Existe um consenso entre os profissionais de segurança pública, gestores, intelectuais, estudiosos, entre outros profissionais voltados a estudar e pesquisar o fenômeno ascendente da violência e criminalidade no país, de que, em razão da complexidade do tema, ações isoladas de segurança pública não seriam suficientes para reduzir a violência, a criminalidade e o assustador número de homicídios no país.

Para mudar a cultura da violência no Brasil é imprescindível implementar ações de repressão qualificada, a partir de profissionais de segurança pública tecnicamente capacitados, com equipamentos condizentes com as suas atividades, com planejamento, estratégia e inteligência, ao mesmo tempo em que se constroem bases sólidas de políticas públicas de prevenção à violência e criminalidade, a partir da integração entre políticas públicas sociais de segurança, esporte, cultura, saúde, educação, entre outras, de forma a possibilitar o desenvolvimento integral das pessoas, ou seja, garantir a presença do Estado, disponi-

bilizando à população as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento saudável de seus cidadãos e cidadãs, de forma integrada e de acordo com as especificidades de sua população.

Assim nasceu o Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública, amparo no Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, no sentido de integrar políticas sociais de segurança e ações de repressão qualificada, buscando não somente desbaratar o crime organizado, como também disponibilizar à população em situação de maior vulnerabilidade social e criminal políticas públicas intersetoriais de prevenção à violência e criminalidade, desenvolvimento social, educacional e cidadania.

Neste sentido, foi imprescindível contar com a parceria de diversos órgãos do Governo Federal, no sentido de sensibilizá-los para a implementação das políticas públicas desenvolvidas em cada área em territórios com graves situações de violência e criminalidade, além de desordem urbana e social, visando pos-



sibilitar o desenvolvimento integral dos cidadãos e cidadãs ali residentes, assim como possibilitar a mudança no domínio deste território para que a própria população possa se apropriar deste, de forma qualificada e sustentável.

A parceria com o Ministério do Esporte é imprescindível para o fortalecimento do Pronasci. A implantação de equipamentos públicos para o desenvolvimento de práticas esportivas e o desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC são fundamentais para promover a aproximação com a comunidade, em especial com o público jovem, possibilitar a convivência cidadã neste território, a partir da implementação de atividades esportivas, lúdicas e desenvolvimento das habilidades e potencialidades locais, reforçando o sentimento de pertencimento desta comunidade ao seu território e, partir daí, possibilitando o desenvolvimento integral destes cidadãos e cidadãs, que possuem direito à liberdade de usufruir da cidade e potencializar o pleno desenvolvimento humano.

Regina Maria Filomena de Luca Miki
Secretária Nacional de Segurança Pública
Ministério da Justiça

CAPÍTULO 01

1.1 PARCERIA PRODOC OEI/BRA-09/002

O “Desenvolvimento de Processos Gerenciais e Operacionais no Ministério do Esporte para a Implantação dos Espaços Urbanos de Convivência Comunitária” é um projeto de cooperação técnica internacional entre o Ministério do Esporte e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) que tem o objetivo de organizar e desenvolver processos de gestão, avaliação e comunicação institucional de espaços de convivência comunitária em estados, Distrito Federal e municípios brasileiros. Os espaços comunitários de que trata esse projeto são as Praças da Juventude, que estão sendo construídas em todos os estados brasileiros, e os Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC), ambos desenvolvidos em parceria com o Ministério da Justiça através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

Essa parceria surgiu da visão estratégica do governo brasileiro de investimento na intersetorialidade, agregando valores e novos conhecimentos que os consultores provenientes de organismos internacionais possam oferecer para o aperfeiçoamento do serviço público.

Com o sentido de ampliar e qualificar as políticas públicas a serem implantadas, ações integradas entre os ministérios contribuem para promover políticas cada vez mais inclusivas e estruturantes. Dessa maneira, o projeto envolve atividades que, com o foco no esporte, também articulam ações de saúde e educação, levando sempre em conta, a perspectiva da prevenção da violência. O Pronasci atua de maneira a direcionar a construção das praças e a implantação dos Núcleos em áreas consideradas de risco social com vistas a envolver a comunidade e contribuir com novas práticas que possam influenciar a redução dos índices de violência urbana.

A proposição temática desse projeto tem a juventude como protagonista das atividades e alia a segurança e a educação, tomando os jovens como sujeitos de direito. A partir de sua própria linguagem, a afirmação da identidade social dos jovens permite a continuidade da participação da juventude nas ações, preservando a autonomia em relação ao poder público. É, portanto, a participação social o fundamento que sustenta os objetivos desse projeto como política pública de esporte e lazer. A gestão compartilhada é o foco desse conjunto de atividades desenvolvidas.

Todo o trabalho desenvolvido para sua implantação tem o papel de qualificar as pessoas da localidade e também no serviço

federal e municipal, de modo a criar expertise de gestão dos espaços de forma compartilhada e participativa na ocupação dos espaços públicos. Para isso foi pensado, de maneira integrada, o investimento na visão de gestão, formação, pesquisa e comunicação como os eixos de sustentação do projeto para a implantação dos espaços urbanos de convivência comunitária.

A capacitação de pessoas contribui para que os diversos sujeitos possam atuar como gestores e técnicos das Praças da Juventude e dos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer que formam os espaços urbanos de convivência comunitária e a comunicação para criar um programa de divulgação e mobilização social para que sejam concretamente integrados e assumidos pelas próprias comunidades nas quais estão inseridos. Esses eixos permitem ao Ministério do Esporte agregar novas capacidades, qualificando para a realização de suas atribuições e de outras perspectivas estratégicas de políticas públicas no setor.

Os modelos gerenciais e organizacionais concebidos e testados para a utilização nas Praças da Juventude e nos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer são processos inusitados de gestão, de planejamento e de avaliação formulados segundo as especificidades das práticas pensadas para as comunidades. Por isso a pesquisa é um elemento imprescindível para os processos de trabalho, procedimentos metodológicos e instrumentos técnicos desse projeto.

Para que esses espaços urbanos de convivência sejam conhecidos como organizações integradas à vida comunitária e reconhecidos como fator de promoção do desenvolvimento humano da localidade e da região, destaca-se o gerenciamento da informação como elemento que qualifica os processos e tem a comunicação como elemento de geração de conhecimento e de aprendizagem organizacional.

A gestão compartilhada apresenta-se como uma ferramenta inovadora na consecução das melhores práticas da gestão pública e permite que a comunidade se aproprie das atividades e exerça com autonomia seu direito ao esporte e lazer. Pretende-se que esse projeto possa dar acesso à comunidade e, especificamente, à juventude, nas questões do esporte em suas várias dimensões, da cultura e da educação, numa perspectiva multidisciplinar. A associação dos bons resultados verificados nos núcleos do PELC com infraestrutura adequada para o esporte e lazer na implantação das Praças da Juventude afirma um novo conceito de gestão compartilhada e sustentável com ocupação de equipamento público pela população local. Ampliando, desta forma, o acesso a políticas públicas intersetoriais que possibilitam a elevação da qualidade de vida e da cultura esportiva e de lazer do povo brasileiro.

Cássia Damiani

Diretora do PRODOC OEI/BRA 09/002

Bianca Silveira

Coordenadora Geral do PRODOC OEI/BRA 09/002

1.2 O PELC E A INTERSETORIALIDADE

O objetivo central do PELC é ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.

Quando falamos em direito ao esporte e ao lazer, estamos falando de necessidades humanas que foram construídas ao longo da história por cada indivíduo, grupo e sociedade. Conhecer essas necessidades é o primeiro passo quando se pretende realizar um trabalho em determinada comunidade. Com isso, nossa ação não ficará restrita ao que os cidadãos e cidadãs já conhecem, fazem e se interessam. Devemos valorizar e partir disso para construir, com a população envolvida, os avanços que acreditamos necessários para chegarmos a uma intervenção que, de fato, contribua com o desenvolvimento social e humano.

Sugestões de ações:

- 1** – Reunir os responsáveis pelo esporte e lazer da instituição, representantes das comunidades e pessoas a serem beneficiadas, conversar e construir um quadro com tarjetas que digam como devem ser as políticas públicas de esporte e de lazer, projetando o ideal;
- 2** – Realizar uma conferência municipal de esportes, com reuniões por regiões e segmentos e, a partir dos temas eleitos como

centrais para a política de esporte e lazer local, traçar diretrizes para ações a serem discutidas e deliberadas na etapa final da conferência, passando a nortear a ação;

- 3** – Realizar seminários locais para discutir sobre a temática das políticas públicas de esporte e lazer, em parceria, por exemplo, com universidades.

Se já temos clareza de que não se trata de um favor ou uma benesse que estamos “concedendo” e sim de um direito social, e que, por isso, deve ser garantido a toda a população, com recursos públicos e ações de qualidade construídas coletivamente, nos cabe agora pensar em como isso será feito. Nosso desafio aqui é tratar um pouco a respeito da necessidade de garantir que o nosso trabalho não seja isolado das outras políticas públicas, afinal não somos uma ilha e não conseguimos sozinhos atender às pessoas em todas as suas necessidades. Nossa questão então é como e porque integrar as ações do PELC com as da saúde, da educação, da assistência social, da segurança, entre outras que são ou deveriam ser desenvolvidas naquela comunidade?

Primeiro vamos pensar um pouco a respeito do porque é importante trabalhar intersetorialmente. A prática esportiva e o lazer, por si mesmos, não garantem a conquista ou a ampliação de cidadania, nem trarão para a “sociedade” todos os que estão excluídos dos direitos sociais, uma vez que não é suficiente para,

sozinhos, resolverem todos os seus problemas. Porém, se trabalharmos com clareza de objetivos e dialogando com as outras áreas, podemos ser uma excelente ferramenta de intervenção e alteração da realidade.

As três Conferências Nacionais de Esporte (2005, 2007 e 2010) indicaram, em seus documentos finais, a necessidade do desenvolvimento de ações integradas que valorizem a intersetorialidade. Temos a convicção de que pensar em políticas públicas de esporte e de lazer, como é o caso do PELC, depende de uma relação estreita e planejada entre diversas áreas de atuação.

A relação intersetorial em políticas públicas está muito mais presente no discurso do que na ação propriamente dita, já que, ao assumir o desafio da intersetorialidade, é fácil imaginarmos a resposta necessária, mas muito difícil construí-la. O processo de construção de um Estado fragmentado teve um efeito perverso, indesejado e extremamente persistente. Nele cada área é proprietária de um conjunto de ações, de temas e procedimentos. Mais do que trazer a proposta de ação intersetorial, é preciso desenvolver um amplo processo de transformação política, ideológica e da prática em políticas públicas.

Sugestões de ações:

1 – conhecer e articular os potenciais parceiros, a partir da análise da comunidade como um todo;

2 – envolver, além das outras áreas de gestão, representantes de entidades da comunidade (conselhos, associações, etc.);

3 – definir um ou mais eixos ou focos centrais de ação, considerando a realidade da comunidade a ser envolvida;

4 – estabelecer um plano de ação coletivo, no qual cada área proponha sua contribuição para o alcance do eixo comum, considerando suas especificidades, como e quando isso será encaminhado;

5 – constituir de um grupo de trabalho, com papéis e responsabilidades definidas e uma coordenação com capacidade de gerir ações coletivas, de aglutinar aspirações, valores e estratégias, valorizando as diferenças e as relações constituídas, atenta aos problemas enfrentados e às alternativas que se apresentam;

6 – definir a sistemática de trabalho deste grupo, garantindo encontros para avaliação do que vem sendo executado e ajustes no processo, sempre que necessário;

7 – reforçar sempre as ideias como parceria e solidariedade, que requerem o conhecimento do outro e das demandas que enfrentam juntos;

8 – ter sempre presente que o resultado depende de todos e não de determinada área;

9 – criar e implementar mecanismos de monitoramento e avaliação das ações, dos quais participem os gestores, beneficiados e a comunidade.

Podemos então dizer que para termos intersetorialidade precisamos de vontade política dos envolvidos, a começar por cada um de nós; princípios claros e comuns; instrumentos, ou seja, programas, diretrizes e ações construídas coletivamente; conhecer o território e trabalhar nele e com seus cidadãos e cidadãs.

Sabemos que estamos falando de um desafio que não é fácil de ser enfrentado, justamente porque vivemos em uma sociedade na qual tudo é fragmentado e as partes não dialogam entre si. Na medicina cada especialista cuida de um pedacinho de nós, mas quem cuida do todo? A educação, há muito tempo, tenta superar as disciplinas isoladas, que separam o conhecimento, como se isso fosse possível. Nas políticas públicas, cada setor pensa em fazer seu trabalho, cuidando da sua parte sem se dar conta de que as pessoas são um todo e que se isso fosse feito coletivamente o resultado seria muito melhor. Podemos exemplificar falando da saúde. Para se ter saúde basta médicos, enfermeiras, UBS, hospitais, exames? E se com isso tivéssemos educação, lazer, esporte, saneamento básico, segurança e outros parceiros, o resultado não seria melhor? Eis o nosso desafio, e que desafio!

Finalizamos esta breve reflexão lembrando que este mesmo espírito de interação com as demais políticas sociais deve estar presente entre os núcleos e as diversas oficinas do PELC. Não há

como atingir os objetivos a que nos propomos sem um trabalho planejado e executado coletivamente, no qual cada participante seja conhecido e respeitado em sua individualidade e, principalmente, como parte de um todo que buscamos transformar, com vistas a garantir uma vida com qualidade e muitos momentos felizes.

Cláudia Regina Bonalume

Diretora do Departamento
de Políticas Sociais da SNDEL



CAPÍTULO 02

2.1 PRONASCI: UM PROGRAMA INTERSETORIAL

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi elaborado como uma proposta intersetorial, a partir do reconhecimento de que a segurança pública no Brasil está, hoje, no topo das preocupações populares, enquanto resultado de processo de décadas de carência de políticas públicas consequentes para a garantia dos direitos sociais em geral, entre eles ao esporte e ao lazer. Os governos, quando pautados no modelo tradicional de segurança, priorizam o investimento em viaturas, armamentos e, ainda que em menor grau, aumento de efetivos policiais, em uma ação reativa, que limita os resultados alcançados. O PRONASCI procura inverter esta lógica, investindo em políticas sociais e recursos humanos.

Levantamentos estatísticos do Ministério da Justiça demonstram que a violência, neste momento, atinge com maior intensidade os jovens do sexo masculino, e que as taxas mais altas de homicídio são registradas na periferia das grandes cidades e regiões metropolitanas, onde a pobreza, o desemprego e a precariedade das moradias, da infraestrutura urbana e de serviços básicos, incluindo saúde, lazer, esporte, educação, transporte, comunicações, segurança e justiça, são mais evidentes. A partir

destes dados, foram definidos os locais onde o Pronasci seria implementado inicialmente, os Territórios de Paz.

Apesar dos números indicarem o jovem como principal vítima e causador da violência o entendimento do programa é de que não bastam políticas públicas para essas faixas etárias, é preciso que se planeje contemplar toda a sociedade, pois as dinâmicas que levaram à perda de vidas dos adolescentes provavelmente se iniciaram em faixas etárias anteriores, provocadas por pessoas mais velhas. Outra conclusão importante é que os municípios em que existe um alto grau de violência letal nas faixas de 12 a 18 tendem a ser também aqueles com alta incidência de violência letal nas faixas de 20 a 24 e de 25 a 29 anos.

Sugestão de atividades:

- 1 – Juntar os dados existentes a respeito dos índices de violência local com o máximo de informações possíveis de setores como a saúde, segurança pública e outros, e construir um mapa da violência da região com todos os dados possíveis (locais onde esta mais acontece, faixa etária, formas mais comuns de violência etc);
- 2 – Reunir todos os órgãos que trabalham com as comunidades e populações indicadas como mais críticas e traçar um plano de

ação coletivo, seguindo as sugestões que indicamos no item O PELC e a Intersetorialidade.

Em 2007 houve um apelo ao esforço das instituições, principalmente quanto à promoção de agenda integrada dos três níveis de governo, nas áreas metropolitanas com elevada vulnerabilidade social, objetivando dotá-las de condições dignas de cidadania a fim de ampliar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a unidade familiar em seu papel de socialização.

O Pronasci foi criado pela Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, para ser desenvolvido pelo Ministério da Justiça, visando a prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, levando em conta as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O Pronasci está focado nos profissionais do Sistema de Segurança Pública e tem como público-alvo, jovens de 15 a 24 anos que vivem à beira da criminalidade ou que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei. Para tal, o Programa se propõe a articular políticas de segurança com ações sociais, priorizar a prevenção e buscar atingir as causas que levam à violência, com atenção voltada, também, às estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Para garantir a realização das ações no país, estão sendo celebrados convênios, contratos, acordos e consórcios com estados, Distrito Federal e municípios, Organizações Não-Governamentais e organismos internacionais. A instituição responsável pela avaliação e acompanhamento do Programa é a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que vem realizando pesquisas e implementou o SIMAP (Sistema de Monitoramento e Acompanhamento do Pronasci).

Como vimos até aqui, o Pronasci objetiva o direito social universal, porém foca-o na juventude, motivado pelos índices de violência junto a este público. O projeto de criação do Programa, porém, deixa claro que o mesmo “desenvolverá políticas específicas de enfrentamento e prevenção à violência juvenil para os adolescentes em conflito com a lei, jovens presos, jovens egressos do sistema prisional, jovens oriundos do serviço militar obrigatório e jovens em situação de vulnerabilidade”.

A lei que cria o Pronasci prevê, já no artigo primeiro, a “articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com estados, Distrito Federal e municípios [...]”. Encontramos afirmações que têm relação direta com a intersectorialidade no artigo 3º:

II - criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias; [...]

XIII – participação e inclusão em programas capazes de responder, de modo consistente e permanente, às demandas das vítimas de criminalidade por intermédio de apoio psicológico, jurídico e social (incluído pela Lei 11.707).

Em síntese, Pronasci consiste na articulação de um conjunto de políticas públicas destinadas a reduzir a criminalidade de forma consistente, enfrentando as verdadeiras causas do problema nas regiões estabelecidas; possibilitar perspectivas de vida sadia para a prática da cidadania juvenil e infantojuvenil que se encontra em risco imediato ou previsível; criar Territórios de Paz nas regiões metropolitanas que registram os índices mais elevados de homicídio, para enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência. O Território de Paz é um pacote de ações preventivas, integradas e simultâneas, que faz com que o Estado retorne o controle nessas regiões conflagradas, oferecendo acesso aos serviços públicos, para melhorar a qualidade de vida da população.

2.2 ESPORTE E LAZER COMO DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Partindo da premissa de que os direitos sociais ao esporte e ao lazer são também direitos humanos a serem assegurados, sem qualquer distinção, na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, pode-se dizer que estes vêm conquistando, passo a passo, espaço no conjunto dos direitos sociais. São mui-

tas as reivindicações de pessoas com vários interesses sociais, que incluem o esporte e o lazer ao conjunto de suas demandas e ações por cidadania e por qualidade de vida. Essas reivindicações devem-se, principalmente, ao grande número de cidadãos brasileiros que ainda está excluído do acesso a esses direitos. Os obstáculos para a vivência plena das possibilidades de práticas e conhecimentos vão desde as condições econômicas, que restringem o acesso do cidadão às atividades disponíveis no mercado; à falta de condições de transporte, de emprego, de alimentação, educação, saúde, moradia e segurança; à supervalorização da sociedade ao trabalho e o preconceito com o lazer, e até mesmo a escassez de políticas universais nesses setores.

Percebe-se a existência de uma cultura dominante que se constitui por variações demarcadas por desigualdades profundas de acesso e conhecimento ao esporte e ao lazer, que se acentuam em relação a aspectos como gênero, etnia, idade, diversidade cultural e habilidade física. Percebidas essas diferenças, que contribuem para revelar a situação, Melo (2003:99) sugere que uma atuação que vise contribuir para a ampliação da consciência social do local precisa estar atenta e disposta a compreender os movimentos gerados pela população no seu cotidiano, ter disposição para perceber a dinâmica de vida da população com abordagens livres de moralismos e conservadorismo e afastar-se de posturas ingênuas, extremamente otimistas ou pessimistas a respeito da possibilidade de intervenção.

Ao apontar elementos que devem compor um programa de lazer para detentos, Melo (2003:126) indica aspectos importantes a serem considerados nas políticas públicas de esporte e lazer em geral: trabalhar os diversos interesses humanos (conteúdos culturais do lazer); construir o equilíbrio entre consumo e prática das atividades culturais; ampliar o acesso às manifestações da cultura erudita, resgatar as manifestações da cultura popular, criticar as da cultura de massa; e ser uma forma de contribuir para a conscientização dos envolvidos, com a compreensão da dupla dimensão educativa do lazer, sem que isso signifique abandono das características de ludicidade dos momentos de lazer.

Marcellino (2001) afirma que pensar o esporte e o lazer hoje, no âmbito das políticas públicas, implica, necessariamente, pensar o espaço considerando sua dimensão coletiva, tomando como desafios: “quais as possibilidades de reorganização do espaço?” “Como podemos pensar em uma reordenação do tempo das pessoas, com vistas a garantir que o tempo livre possa contemplar o lazer?” “Qual nossa proposta para a formação e o desenvolvimento dos recursos humanos que atuam na área? Que política de animação estamos construindo?”.

Sugestão de aspectos a serem considerados no planejamento em políticas públicas de esporte e lazer:

1 – A necessidade de um diagnóstico completo da realidade local. Este diagnóstico, além de considerar os avanços e desafios que as políticas de esporte e lazer enfrentam na atualidade (es-

tes dados podem ser buscados nas resoluções das conferências nacionais, no site do Ministério do Esporte) deve contemplar, no mínimo, os equipamentos específicos existentes e sua distribuição; características da comunidade a ser atendida; interesses e necessidades da população; recursos humanos e orçamentários necessários e disponíveis para o desenvolvimento das ações;

2 – Construção participativa de um plano de ação, que considere as diretrizes norteadoras da gestão. Para que isso ocorra é preciso que, em primeiro lugar, o gestor conheça tais diretrizes. A partir disso, é importante que sejam instalados processos interativos envolvendo todos os atores em momentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações. Vale salientar que esta participação deve ser real, ou seja, os encontros precisam ser bem planejados, com objetivos claros e realizados em horários e locais que permitam o comparecimento das pessoas.

3 – Implementação, monitoramento e avaliação permanentes, com vistas a reorganizar as ações. Para tal estes devem ser investigativos e diagnósticos, os dados coletados precisam ser organizados, interpretados coletivamente e divulgados para que alimentem as próximas ações.

Podemos afirmar que acreditamos que uma política pública de esporte e de lazer deve contemplar eixos como planejamen-

to e gestão coletiva; organização geral das ações; avaliação de processo, produto e impactos; ações intersetoriais envolvendo, principalmente, outras políticas sociais; formação permanente de recursos humanos; investimento na construção, animação sociocultural e manutenção de espaços e equipamentos; inclusão social; acessibilidade a espaços e vivências de esporte e lazer diversificadas; caráter educativo em todas as ações; diversidade cultural; ludicidade; intergeracionalidade.

Encontramo-nos, então, diante do desafio de desenvolver políticas públicas de esporte e lazer com qualidade, integradas às demais políticas sociais e acessíveis a todos, como possibilidade de ser contraponto à lógica social de desigualdade, exclusão e desrespeito às diversidades, que vemos atualmente. Ao analisarmos o processo desse desenvolvimento nos programas sociais e em parcerias, a exemplo do PELC/PRONASCI, é possível perceber evolução significativa, com características, sentidos e significados específicos em cada período.

MACRO-PROCESSO DE TRABALHO DAS POLÍTICAS SOCIAIS



2.3 A PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS POLÍTICAS E PROGRAMAS INTERSETORIAIS DE ESPORTE E LAZER PARA A JUVENTUDE

No Sistema Único de Saúde (SUS), a promoção da saúde é uma política nacional (Política Nacional de Promoção da Saúde) que se operacionaliza por meio de sete áreas específicas, que são: alimentação saudável; práticas corporais/atividade física; prevenção e controle do tabagismo; redução da morbimortalidade decorrente do uso abusivo de álcool e outras drogas; redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito; prevenção da violência e estímulo à cultura da paz; e desenvolvimento sustentável (Ministério da Saúde, 2006).

O desenvolvimento de ações de promoção da saúde no âmbito do SUS observa o conceito amplo de mesma, que pauta a educação, o trabalho, a habitação, o lazer, entre outros, como determinantes sociais da produção vida saudável. É a partir dessa compreensão ampliada que devem ser construídos caminhos que aproximem e promovam o diálogo entre os programas de esporte e lazer e a Política Nacional de Promoção da Saúde.

Uma das diretrizes para a prática da Promoção da Saúde é a articulação intersetorial no enfrentamento dos problemas, cada vez mais complexos, implicando outros campos de conhecimento e ação política. Nesse sentido, propõe-se que os programas da saúde e do esporte e lazer sejam articulados e convergentes, objetivando o fortalecimento mútuo dessas áreas para promover melhorias significativas nas condições de vida da população.

No setor saúde, sua promoção deve ser o foco de atuação das equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), vertente brasileira da Atenção Primária que se caracteriza como a porta de entrada prioritária do Sistema Único de Saúde (SUS), constitucionalmente fundado no direito à saúde. Estas equipes assumem a responsabilidade sanitária pela população adstrita em um dado território, com a retaguarda dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), formados por profissionais de diferentes áreas de conhecimento com a responsabilidade compartilhada de qualificar e ampliar as ações nesse território.

As equipes de Saúde da Família e do NASF devem atuar de acordo com algumas diretrizes à Atenção Primária à Saúde (APS), para além da interdisciplinaridade e intersetorialidade: a educação permanente em saúde dos profissionais e da população; o desenvolvimento da noção de território; a integralidade; a participação social; a educação popular; a promoção da saúde e a humanização. Propõem-se, como fundamental, promover espaços de diálogos com outras políticas, no sentido de otimizar as ações no território da saúde onde está situada a Praça da Juventude e desenvolvidas as ações do PELC.

A interlocução entre os profissionais do esporte e lazer e da saúde deve objetivar ações integradas, complementares aos programas já desenvolvidos pelas duas áreas. A parceria local entre

esporte e saúde, no desenvolvimento de projetos ou programas de promoção da saúde e de garantia do direito ao lazer para a juventude começam a se configurar quando são construídos e implementados mecanismos sociopolíticos capazes de pautar as prioridades da gestão pública e a vulnerabilidade social em que se encontram as pessoas de 15 a 24 anos nas várias regiões brasileiras.

A discussão sobre esporte e lazer está cada vez mais presente na área da promoção da saúde, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de sujeitos e coletividades. Mais que a participação do setor saúde em programas de esporte e lazer para juventude, é importante construir caminhos para que as ações tenham reflexo na rede de saúde, promovendo nos serviços a abordagem da população jovem a partir do reconhecimento das especificidades sociais que caracterizam essa faixa etária, tais como:

- Maior vulnerabilidade social em relação às violências e acidentes de trânsito (MS, 2009);
- Dificuldade em ingressar no mercado de trabalho (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002).

Nesse processo, a área de esporte e lazer é fundamental, devendo trabalhar, conjuntamente com a saúde, aspectos atrativos para a juventude nos programas desenvolvidos nas unidades básicas de saúde, escolas ou praças. Por exemplo, ampliar

as ações dos grupos de atividade física das unidades básicas de saúde para além da caminhada ou corrida orientada, trazendo danças, apoio técnico aos atletas amadores, os jogos esportivos e populares, entre outros, para serem trabalhados com a juventude de forma integrada ao processo de trabalho dos profissionais da atenção básica.

A escola é um lugar privilegiado para construção e socialização de conhecimentos. É um espaço de aprendizagem e convivência.

A saúde faz a interlocução com a escola por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), que pode ser uma via para o desenvolvimento de ações de esporte e lazer na juventude. O PSE constitui estratégia para a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, as equipes de Saúde da Família e os NASF. Nesse contexto, as políticas de saúde e educação voltadas a crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira estão unindo-se para promover o desenvolvimento pleno dos escolares.

Iniciativas disparadoras para o desenvolvimento de ações de esporte e lazer para a juventude podem ser articuladas tanto no âmbito da praça da juventude como do PELC, do PSE, das equi-



pes de Saúde da Família, do NASF, dos Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS), de projetos de práticas corporais/atividade física do SUS e demais iniciativas locais.

DICAS

Identifique quais ações de saúde são desenvolvidas no seu município – Programa Saúde na Escola (PSE), ESF/NASF, Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS), projetos de práticas corporais/atividade física - e proponha a formação de grupos de trabalho intersetoriais para construir planos de ação. Não esqueça de incluir representantes de grupos comunitários e Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam em áreas afins.

Lembre-se que a saúde trabalha com o conceito de território, em que equipes de saúde acompanham em média 3.000 pessoas. Cada território tem suas especificidades e necessidades de saúde, bem com diferentes equipamentos que podem gerar diversos arranjos entre os profissionais e a comunidade para o desenvolvimento das ações de promoção da saúde.

Um importante aliado no diálogo com o setor saúde é o Conselho Municipal de Saúde, como instância de participação popular obrigatória em todos os municípios. As reuniões são abertas e assuntos podem ser pautados em contato prévio com os representantes do conselho.

Espera-se que no setor da saúde mais projetos e programas contemplem as questões da juventude. Para tanto, torna-se importante promover a aproximação das ações desenvolvidas na saúde com o público jovem, considerando a linguagem e as vivências corporais e outras características dessa faixa etária, de modo a propiciar a identificação dos jovens com as ações propostas.

Por fim, os programas ou projetos que por ventura destaquem-se como resultante do trabalho intersetorial produzidos pelas áreas de saúde e esporte devem ser receptivos às necessidades e potencialidades de cada local, contemplando princípios como os de inclusão social, estímulo a processos criativos individuais e coletivos, humanização das ações, determinação social da saúde e o lazer como um direito.

Danielle Keylla Alencar Cruz

Deborah Carvalho Malta

Elisandrea Sguario Kemper

Andreia Faroni F. Setti

Mércia Gomes Oliveira de Carvalho

Alba Lucy Giraldo Figueroa

Clesimary Evangelista Santos

Cristiane Scolare Gosch

Marta Maria Alves da Silva

– Equipe da SVS do MS –

2.4 O PELC NO PRONASCI

Para explicar um pouco melhor esta relação vamos analisar, rapidamente, o PELC no Pronasci. As ações selecionadas para serem desenvolvidas nas regiões indicadas pelo segundo programa foram agrupadas em três eixos: território de paz, integração do jovem e da família; e segurança e convivência. O esporte e o lazer aparecem inseridos na segunda temática. O PELC foi criado em 2003, pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do Ministério do Esporte, e tem como objetivo central o desenvolvimento de uma proposta de políticas públicas e sociais que atendam as necessidades de esporte recreativo e lazer da população. A proposta do Programa é, além do desenvolvimento de atividades físicas, jogos e brincadeiras, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas com deficiências de uma determinada comunidade, levar, na sua essência, o estímulo à convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, o fomento à pesquisa e à socialização do conhecimento, contribuindo para que esporte e o lazer sejam pensados como políticas públicas e direitos de todos (PINTO, 2008:63).

O Programa envolve diversas ações focadas em pesquisa, ação educativa, informação e gestão compartilhada, tais como a Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer) que fomenta a produção de conhecimento sobre as

políticas públicas de esporte e lazer; a formação de gestores e agentes, que pauta todas as ações do Programa; o funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer (no qual o PELC/PRONASCI está inserido); e o Vida Saudável (voltado ao público idoso). Essas e outras ações são tratadas como ferramentas pedagógicas que, em síntese, visam contribuir com o processo de construção de uma proposta que coloque o esporte e o lazer no patamar de direitos sociais universais.

No Plano de Trabalho firmado entre o Ministério do Esporte (pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer) e o Ministério da Justiça, em 2007, para efetivação da parceria com a ação Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, consta:

O esporte e o lazer são direitos da população brasileira, com potencial para contribuir na formação humana integralizada, que acontece em diferentes tempos educativos e ampliam o acesso a bens culturais e espaços de cultura e participação popular de forma criativa e lúdica... Com uma forte característica intergeracional, o Programa pode contribuir com a integração do jovem com a família e a comunidade, fator importante para melhoria da qualidade de vida, da autoestima e do protagonismo, valorizando as identidades juvenis. Na parceria com o Pronasci, o PELC pretende ampliar sua implementação, tendo como pré-requisito a intersetorialidade. A integração com diferentes programas sociais (Mulheres da Paz; Protejo; Pontos de Cultura; Pontos de Leitura;

Saúde da Família e outros) tem em vista potencializar as ações desenvolvidas, no intuito de promover a democratização do acesso às práticas de esporte e lazer para a população-alvo, pela articulação de ações governamentais e a sociedade civil.

Considerando o forte viés educativo e de inclusão social das ações do PELC, a articulação com o Ministério da Justiça foi colocada como essencial, destacando o processo educativo para usufruto do lazer com qualidade. Atrelado às outras conquistas sociais (segurança, trabalho, saúde, educação, etc.), as ações educativas, desenvolvidas pelo PELC agregam valores compatíveis com os princípios democráticos, de solidariedade, coletividade, participação e da cultura da paz, considerando o esporte e o lazer como meios e fins de processos educativos com vistas à conscientização e autonomia dos sujeitos.

Em linhas gerais, podemos dizer que o PELC/PRONASCI é implementado através de funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, para jovens entre 15 e 24 anos, suas famílias e comunidades, que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças, violências e exclusão social a que estão submetidas, com vistas à melhoria da qualidade de vida e resgate da autoestima

Um convênio PELC/PRONASCI prevê:

- Atividades sistemáticas de esporte e lazer, realizadas de maneira contínua e com ações específicas para esta faixa etária como oficina de skate, hip hop, música (de acordo com a cultura local), danças, grafiteagem, le parcu, cinema, teatro etc. (para mais informações, consultar o volume 03, sobre PESQUISA);
- Eventos de esporte recreativo e de lazer organizados coletivamente como: mostras, passeios ciclísticos, festivais, encontros temáticos, sessões de cinema e outros;
- Envolvimento prioritário da faixa etária de 15 a 24 anos;
- Contratação e formação continuada de agentes sociais de esporte e lazer;
- Formação de um conselho gestor para garantir o planejamento participativo;
- Envolvimento de uma entidade de controle social, a qual representa o olhar da comunidade sobre a utilização do recurso público;
- Envolvimento de todos os atores nos diversos momentos da execução do convênio.

As ações de funcionamento de núcleos (PELC, PELC/PRONASCI e Vida Saudável) têm caráter pedagógico, e o objetivo de contribuir com a construção de políticas públicas locais de esporte e de lazer. Neste sentido um dos objetivos é garantir que a comuni-

dade local se aproprie dessas ferramentas, com apoio estrutural e pedagógico do Ministério e, a partir daí, construa sua própria ação e possibilidades de financiamento.

Os convênios para o funcionamento de núcleos prevêem recursos do Ministério do Esporte para contratação de agentes sociais, que atuem especificamente nas atividades sistemáticas e eventos, bem como coordenadores, aquisição de material de consumo e permanente, formação continuada dos agentes e itens para os eventos. A entidade proponente deve apresentar proposta de contrapartida para efetivação dessa parceria junto ao Ministério, conforme regras previstas na LOA. A contrapartida sugerida como a que mais pode contribuir com a proposta pedagógica é em recursos humanos da entidade parceira, mais especificamente professores que atuarão junto ao Programa.

Visando a ressignificação dos espaços esportivos e de lazer existentes e a busca de outros para a efetivação das políticas públicas, os núcleos são tratados como locais de referência e podem descentralizar as suas ações/atividades para outros espaços configurados como sub-núcleos. Um núcleo tem, em média, 400 inscritos, beneficiando a 4.000 pessoas, considerando a participação nos eventos. No volume 04, sobre GESTÃO DE CONVÊNIOS DOS NÚCLEOS DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (v. 04) aparecem detalhadas as orientações gerais.

Sugestões de ações a serem consideradas para projetos do PELC, conveniadas com o Ministério do Esporte:

1 – Elaborar o projeto considerando: as normas e orientações do PELC e a realidade local (<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/projetoSocial/orientacoes.jsp>);

2 – Na medida em que elabora o projeto já prever como cada ação será feita, para evitar que a execução se torne inviável: como serão contratados os agentes sociais? O que é preciso ser feito, legalmente, no nível local, para que os recursos, repassados pelo Governo Federal possam ser utilizados? Como será a aquisição de materiais e equipamentos? Quais as condições do espaço físico a ser utilizado? A contrapartida está garantida? Quem será responsável pelas compras, contratações, comunicação com o Ministério, preenchimento sistemático do SICONV e do SIMAP - Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONASCI? Todas estas questões demandam um bom plano de ação;

3 – Executar as ações tendo sempre em mãos: o termo de convênio, o projeto básico e o plano de trabalho aprovado no SICONV. Qualquer alteração deve ser comunicada ao Ministério e, sempre que envolver recursos financeiros, autorizada antes da execução;

4 – Envolver a entidade de controle social em todos os momentos e ações a serem desenvolvidas;

5 – Iniciar a execução do convênio assim que receber o recurso, fazendo as compras, as contratações, a mobilização, a divulgação e o módulo introdutório da formação;

A young girl with dark hair tied in pigtails with blue bows, wearing a black leotard, stands with her arms raised in a joyful pose. She is smiling and looking towards the camera. The background is a bright, out-of-focus window with a grid pattern.

6 – Montar o conselho gestor com representantes da conveniada, da entidade de controle social, dos inscritos em cada núcleo e estabelecer, com ele, uma sistemática de trabalho e reuniões;

7 – Realizar reuniões semanais de coordenadores e agentes sociais para planejamento, estudos e trocas de experiências, isso qualifica a execução;

8 – Socializar todas as informações referentes ao Programa com a comunidade, a entidade de controle social, os agentes e coordenadores e os beneficiados;

9 – Encaminhar, sistematicamente, os relatórios exigidos pelo programa e alimentar o SICONV e o SIMAP;

10 – Atentar para os prazos e orientações previstos no convênio e nos ofícios recebidos.

CAPÍTULO 03

3.1 JUVENTUDE, VIOLÊNCIA, ESPORTE E LAZER

Considerando que o público-alvo do PRONASCI é a juventude e, mais especificamente, a juventude diretamente ligada à questão da violência, trazemos aqui algumas reflexões: que juventude é essa? Qual é a sua cultura? E seu território? Quais os principais fatores que a colocam em relação direta com o esporte, o lazer e a violência? Que interesses e necessidades vêm sendo percebidos e manifestos pelos próprios jovens, especialmente em relação à cultura, ao esporte, ao lazer e à segurança?

É importante que se procure perceber as manifestações específicas das práticas juvenis relacionadas a cada grupo e não se incorra no erro de tratar as culturas juvenis em geral como iguais e com um olhar preconceituoso. Acreditar que os gostos da juventude sejam apenas frutos da alienação e da influência dos colegas e da mídia é destituí-los da potencialidade crítica, no que se refere aos seus relacionamentos com estes processos.

Pensar o jovem do Pronasci é situá-lo em um lugar, o subúrbio. Cumpre lembrar que o subúrbio, identificado desde os anos de 1970, no imaginário e na realidade como foco de problemas econômicos e sociais, é classificado como local difícil e sensível. Nele

a juventude acaba ficando mais exposta às dificuldades e aparecendo de maneira mais visível e preocupante. Porém, é preciso considerar que a apropriação dos espaços urbanos, pela população juvenil, se dá de maneiras muito variadas, expressando, na maioria das vezes, conflitos de diversas naturezas, desigualdades de gênero, de classe, de etnias, de orientações sexuais e preferências religiosas, entre outras. Essas formas de sociabilidade nascem na rua, nas esquinas e pontos de encontro. Ali, os jovens desenvolvem relações de amizade, companheirismo, grupo e lazer, enfrentam a violência urbana e vivem, na luta pela sobrevivência, o confronto diário com tudo o que os reprime.

Considerando estas questões, temos que procurar compreender o que ocorre com os jovens nos diferentes territórios, cenários e grupos sociais urbanos, ou seja, nos diversos espaços que estes ocupam em determinada comunidade, na cidade e, considerando o avanço da informática, no mundo. Longe dos olhares dos pais, professores ou patrões, eles assumem papel de atores sociais, agindo, de alguma forma, sobre o seu meio, construindo determinado olhar sobre si mesmos e sobre o mundo que os cerca, situados territorialmente.

As diferentes motivações e abrangências dos agrupamentos juvenis - sejam religiosos, de produção cultural, esportivas, de

lazer ou outros - podem significar uma referência na elaboração e vivência da condição juvenil, contribuindo, de alguma forma, para dar sentido à vida de cada um, abrir espaços para que so-nhem e busquem outras alternativas, num contexto onde se vêem relegados a uma vida sem sentido, e aprofundar posturas alienadas e de resignação frente à realidade, que facilmente os encaminham para situações de violência.

Como já é do nosso conhecimento, graças ao reforço diário da mídia, a segurança passou a ser a primeira preocupação do brasileiro, apontando que, a insegurança revela cada vez mais faces. A sociedade tem tido uma grande preocupação com o enfrentamento à violência. Sabe-se que a falta de trabalho, de lazer, de perspectivas, a desesperança de tantas pessoas são carvão para essa fogueira. Apesar disso continuamos a perceber grande concentração de recursos sobre os efeitos, sem a devida atenção às causas. Focar a agenda da sociedade e do governo nas necessidades e expectativas dos grupos mais envolvidos com a violência, entre os quais está a juventude, é um grande desafio, pois implica reconhecer a demanda pela redução das desigualdades e de direcionamento de políticas públicas de caráter transformador, criando capacidade de autogestão, com vistas a superar os fatores geradores de violência.

Muitas famílias brasileiras vêm se deparando, cada vez mais, com a falta de perspectivas de futuro, estimulada pela vida cada

vez mais competitiva e ameaçada; pelo desemprego; pelo estímulo ao consumo a todo custo, que produz falsos valores, estimulados pelos meios de comunicação de massas; pela difusão crescente das drogas, como alternativa para fugir da ausência de sentido e perspectivas; pela escassez de oportunidades de acesso às instituições de ensino de qualidade, e pela impossibilidade de acesso aos bens culturais e de consumo, ou mesmo ao mínimo de dignidade quanto às condições básicas de moradia, alimentação, vestuário, lazer, educação e saúde. Os jovens são os mais atingidos por essas situações.

Podemos identificar diversas configurações que criam um cenário que contribui com o aumento da violência nos centros urbanos brasileiros, como:

- a.** o aumento do acesso a armas de fogo;
- b.** a juvenilização da criminalidade;
- c.** a maior visibilidade da violência policial, em particular contra jovens em bairros de periferia;
- d.** a ampliação do mercado de drogas e poder de fogo do crime organizado; e
- e.** a cultura individualista e de consumo que leva a expectativas não satisfeitas, potencializando violências.

Considerando que o Pronasci foi pensado a partir de determinada tipologia de violência, com destaque ao recorte etário mais

especificamente do jovem, independentemente dele estar no papel de vítima ou de agente. O desafio que precisa ser assumido é romper com o preconceito que “ser jovem e pobre é indicativo de violência”, uma vez que a vivência da pobreza não significa naturalmente predisposição para a violência. A grande maioria dos jovens pobres constrói estratégias de sobrevivência e de superação da diversidade e das desigualdades sociais, constituindo escolhas e ações.

Se o aumento dos índices de violência entre os jovens aparece intimamente relacionado às desigualdades e ao não acesso à riqueza e à cidadania, em outras palavras, à exclusão social, reduzi-los requer políticas públicas que contribuam com a superação da condição vulnerável desses jovens, tanto lhes garantindo o acesso aos direitos sociais como os tratando como atores estratégicos na busca da construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Quando são ouvidos, os jovens geralmente manifestam preocupação com oportunidades que favoreçam a construção de um futuro melhor, ao mesmo tempo que desejam experimentar intensamente o tempo presente. Os conflitos que aparecem, então, dizem respeito ao caráter das políticas voltadas à juventude, que precisam considerar que os jovens buscam experimentações, com predomínio para o tempo presente e não focadas só

no futuro que almejamos para eles. Outro erro muito comum é o desenvolvimento de ações que visam a mera ocupação do tempo livre, ou ainda tirar o jovem da rua, como se esta não pudesse ser convertida em espaço rico de vivência e convivência.

Outro empecilho percebido no trabalho com a juventude é o de que há, atualmente, uma forte hegemonia da forma escolar no desenvolvimento de ações e na relação com os jovens, com forte preocupação com a transmissão de conhecimentos, sob autoridade de um especialista, com uma progressão programada. Neste modelo, a repetição e o respeito às regras aparecem como centrais, mesmo quando as atividades desenvolvidas dizem respeito a outras linguagens artísticas e esportivas. Percebe-se uma tendência em tentar transformar cada instante e cada atividade em momento de educação, cuja finalidade é: formar corpos, conhecimentos e a moral como se esta fosse a única maneira de estruturar a ação. Precisamos atentar para o fato de que esse enfoque impede que o jovem tenha tempo livre para processar, por si mesmo, suas buscas e experimentações, para a auto-organização e o desenvolvimento de vínculos entre seus pares e destes com outros agrupamentos.

Concluimos esta parte lembrando o que alguns aspectos que devemos ter em consideração, em relação ao esporte e ao lazer, especialmente entre os jovens:

- a.** a necessidade de termos presente que falar em lazer é falar de um tempo social para livre escolha dos sujeitos;
- b.** a posse de espaço, lugar e equipamento para as vivências culturais a serem concretizadas no tempo de livre escolha dos sujeitos na família, comunidade, escola e/ou no clube, dentre outros âmbitos possíveis;
- c.** a vivência de manifestações diversificadas quanto aos seus conteúdos culturais (físicos, esportivos, artísticos, sociais, tecnológicos, entre outros), formas de participação (fruição, exercício, conhecimento), bem como expressão de sentidos e significados representativos das intenções e desejos dos sujeitos;
- d.** a realização de práticas que assumem a intencionalidade do esporte e do lazer como meio e fim educativos para a democratização do acesso a ele por todos os cidadãos, o que implica conhecimento e vivência concreta das possibilidades disponíveis para tal.

Para mais reflexões ou sugestões, consultar o volume 03, sobre PESQUISA.





BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, M.; WAISSSELFISZ, J. J.; ANDRADE, C. C. e RUA, M. G. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: UNESCO, 1999.

FREITAS, Maria Virgínea e PAPA, F. de Carvalho. **Políticas Públicas. Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ADOLESCENTES E JOVENS DO BRASIL: UNICEF; Ayrton Senna; Itaú Social: 2007. Disponível em <<http://www.unicef.org/brazil/pt/voz2007.pdf>>.

BARREIRA, C. **Ligado na galera**. Brasília: UNESCO, FNUAP, UNICEF, Instituto Ayrton Senna, 1999.

www.esporte.gov.br - Programa Esporte e Lazer da Cidade e I, II e III Conferências Nacionais do Esporte. Documentos finais.

<http://portal.mj.gov.br/pronasci> - Ministério da Justiça - PRONASCI.

http://www.juventude.gov.br/arquivos/conferencia_revista_pacto_final1.pdf.

I Conferência Nacional da Juventude. Revista final. Brasília, DF: 2008.

I Conferência Nacional de Segurança Pública. Resultado. Brasília, DF: 2009, <http://www.conseg.gov.br>.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Observatório das Favelas. Disponível em <http://prvl.org.br/>.

ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. (Orgs.) **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.

CARRANO, Paulo C. R. **Juventudes e Cidades Educadoras**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2003.

CARRANO, Paulo C. R. **Os Jovens e a Cidade: Identidades e Práticas Culturais em Angra de tantos Reis e Rainhas**. RJ: FAPERJ, Ed. Dumará, 2002.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M., RUA, M. G. e ANDRADE, E. R. **Cultivando Vida, Desarmando Violências: Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza.** Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CEPAL. **Adolescencia y Juventud en America Latina y el Caribe: Problemas, Oportunidades y Desafíos en el Comienzo de un Nuevo Siglo.** Santiago de Chile: CEPAL, 2000. Serie Población y Desarrollo, n 9.

DAYREL, Juarez Tarcísio e GOMES, Nilma Lino Gomes. **A juventude no Brasil.** Brasília: Sesi/DN, 2004. Coletânea da Ação Social do Sesi – Caderno: Os Sujeitos.

ÍNDICE DE HOMÍCIDIOS NA ADOLESCÊNCIA – **Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens.** UNICEF, julho de 2009. Disponível em <www.unicef.org.br>.

MARCELLINO, Nelson C. (Org.) **Políticas Públicas de Lazer.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

MELO, Marcelo de Paula. **Esporte e Juventude Pobre: Políticas Públicas de Lazer na Vila Olímpica da Maré.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MELO, Victor Andrade. **Lazer e Minorias Sociais.** São Paulo: IBRASA, 2003.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais.** Revista Brasileira de Educação: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo, ANPEd, n. 5, mai/jun/jul/ago 1997 e n. 6, set/out/nov/dez/ 1997, p. 5-14.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PINTO, Leila M. S. et al. **Brincar, Jogar, Viver: Lazer e Intersectorialidade com o PELC.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

MILANI, F. M; JESUS, R. D. P. **Cultura da paz: estratégias, mapas e bússolas.** Salvador: INPAZ, 2003.

SALEM, Tânia. **Filhos do milagre.** Ciência Hoje, v. 5, n. 25, SBPC, 1986.

SPÓSITO, M. (Coord.). **Espaços Públicos e Tempos Juvenis: um Estudo de Ações do Poder Público em Cidades de Regiões Metropolitanas Brasileiras.** São Paulo: Global, 2007.

SPÓSITO, M. **A Sociabilidade Juvenil e a Rua: Novos Conflitos e Ação Coletiva na Cidade.** Revista Tempo Social, nº 1 e 2, 1993.

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo (jan. 2011)

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretário Executivo

Waldemar Manoel Silva de Souza

Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Diretora do Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer - SNDEL

Cláudia Regina Bonalume

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte - SNDEL

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Secretária Nacional de Segurança Pública

Regina Maria Filomena de Luca Miki

Diretora da OEI no Brasil - Organização dos Estados Ibero-americanos
para a Educação, a Ciência e a Cultura

Ivana de Siqueira

Diretora do PRODOC OEI/BRA “Desenvolvimento de Processos Gerenciais
e Operacionais no Ministério do Esporte para a Implantação
dos Espaços Urbanos de Convivência Comunitária”

Cássia Damiani

Gerente do Projeto Praça da Juventude

Maria Luiza Nogueira Rangel

Organização

Maria Leonor Brenner Ceia Ramos - Chefe de Gabinete - SNDEL

Projeto gráfico, diagramação e capa

FIELDS Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica

Elaborada por Suzelayne Eustáquio de Azevedo

Política Intersetorial: PELC e PRONASCI / Maria Leonor Brenner Ceia Ramos organizadora. – Brasília : Fields, 2011.
35 p.– (Política Intersetorial: PELC e PRONASCI ; v. 1)

ISBN 978-85-89196-18-5

1. Esporte. 2. Lazer. 3. Programa. I. Maria Leonor Brenner Ceia Ramos (org).
II. Título. III. Coletânea.

CDU 796:379.81 (81)(083.97)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Esporte, ou da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer.

Venda proibida.

Gráfica Ideal



Organização
das Entidades
Desportivas
Brasileiras

Av. A. Gusmão,
11111-111
01000-000



Esporte e Lazer
da Cidade - PLEC

PRONASCI
PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Ministério da
Justiça

Ministério do
Esporte

BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

www.esporte.gov.br